



JOSIANE DO NASCIMENTO

**PERCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA DE
DOCENTES CAPACITADOS EM CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO**

LAVRAS-MG

2021

JOSIANE DO NASCIMENTO

**PERCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA DE DOCENTES
CAPACITADOS EM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras- UFLA, como parte
das exigências do Curso de Pedagogia para a obtenção
do título de Licenciada.

Prof. Dr. Regilson Maciel Borges

Orientador

LAVRAS-MG

2021

JOSIANE DO NASCIMENTO

**PERCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA DE DOCENTES
CAPACITADOS EM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO**

Aprovado em 25 de novembro de 2021.

Profa. Mestranda Valderlice Rosa de Souza UFLA

Profa. Mestranda Luciana de Fátima da Silva Lana Machado UFLA

Prof. Dr. Regilson Maciel Borges

Orientador

LAVRAS-MG

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, autor e Senhor da minha fé, por meu coração bater todos os dias. Pelo cuidado que tem por mim e por ajudar-me a vencer mais esta etapa de minha vida.

Aos meus familiares pelo suporte emocional;

Aos meus queridos colegas, pela ajuda nos trabalhos em equipe, pelo ombro amigo nas horas difíceis, quando pensamos em desistir e pela amizade que ficará para o resto de nossas vidas;

Aos funcionários da Escola Municipal Doutor Walfrido dos Mares Guia, pelo suporte técnico;

Ao orientador pelo carinho, profissionalismo e amizade;

E finalmente, agradeço aos professores da UFLA por dedicarem o seu melhor, ajudando-nos a ser pessoas melhores e profissionais competentes.

“Feliz é o homem que persevera na provação, porque depois de aprovado receberá a coroa da vida, que Deus prometeu aos que O amam” (Tiago 1:12)

RESUMO

O presente trabalho pautou-se na experiência de alguns professores de Educação Física, que participaram de cursos de Capacitação em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para pessoas com Deficiência. Sabe-se das limitações que os professores de escolas públicas enfrentam, visto que poucas delas estão devidamente equipadas para atender a todos os estudantes que apresentam alguma dificuldade ou deficiência. A pesquisa teve como objetivo refletir sobre as práticas inclusivas, aprendidas e/ou desenvolvidas pelos profissionais de Educação Física que concluíram um curso de Especialização voltado para a Educação Física na perspectiva da inclusão. O referencial teórico baseou-se no trabalho de autores como Gil (2013), Terezani *et al.* (2006), Rodrigues (2003), entre outros que discutem o assunto pesquisado. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa descritiva e um estudo de campo crítico descritivo realizado com três professores de Educação Física. Para tanto foi aplicado um questionário contendo dez questões semiestruturadas. Nas perguntas foram abordados os procedimentos das aulas de Educação Física, as dificuldades encontradas na participação dos alunos com deficiência e a influência de um curso de especialização na prática pedagógica do professor em uma perspectiva inclusiva. Posteriormente, para a análise do conteúdo das perguntas, foram considerados os discursos dos sujeitos pesquisados. Na referida análise, as respostas dos pesquisados foi transcrita na íntegra, sendo os sujeitos pesquisados referidos como sujeitos A, B e C, a fim de se preservar suas identidades. Os dados foram organizados em três categorias de análise, que buscam enfatizar os conteúdos presentes nas falas dos professores pesquisados, ficando assim definidas: 4.1) os professores de educação física e os alunos com deficiência; 4.2) a busca pela capacitação para a promoção de práticas inclusivas em sala de aula; e 4.3) a escola como lugar de inclusão do aluno com deficiência. Os resultados mostram que para os professores entrevistados, todo o conhecimento adquirido durante a especialização contribuiu de maneira significativa para o seu aprendizado.

Palavras-chave: Educação Física. Especialização EAD. Práticas Inclusivas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1 Educação a Distância: Breve Histórico.....	9
2.2 Inclusão Social.....	10
2.3 Educação Física Inclusiva.....	11
3 METODOLOGIA.....	14
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	15
5 CONSIDERAÇÕES FINAS.....	24
REFERÊNCIAS.....	25
APÊNDICE.....	28

1 INTRODUÇÃO

A educação, segundo Vieira (2010), é um direito social, essencial para a dignidade da pessoa humana, seja ela presencial ou à distância. Sendo assim, a escola deve estar preparada para oferecer um ensino que dignifique e construa os cidadãos. Ainda segundo o autor, é importante ofertar uma educação de qualidade, que vise a inclusão social e o aprimoramento das habilidades e competências para formação de sujeitos com consciência crítica, participativos e reflexivos.

Atualmente, fala-se muito em Educação Inclusiva referindo-se a um vasto leque de estratégias, atividades e processos que busquem fazer do direito universal para a qualidade, uma realidade importante e apropriada para a educação (STUBBS, 2008). É de senso comum que a educação foi reconhecida nos documentos internacionais, como direito para todas as crianças desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948. Todavia, o direito de ser educado dentro de um sistema regular de ensino e de não ser discriminado é salientado em instrumentos mais detalhados como a Declaração de Jomtien e a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos das crianças (STUBBS, 2008).

Ainda de acordo com o Stubbs (2008), o direito à educação não implica automaticamente em educação inclusiva. O problema principal é que a educação inclusiva é baseada no modelo de direitos e no modelo social (STUBBS, 2008). Um enquadramento para ação, baseado nos direitos pode ser útil para juntar as componentes-chave da educação de qualidade para todos, mas também tem os seus desafios e tensões (STUBBS, 2008).

Neste contexto, a Educação Física como disciplina não pode ficar indiferente ou neutra diante deste movimento de Educação Inclusiva. Como esta disciplina faz parte integrante do currículo escolar, pode-se tornar um adjuvante ou um obstáculo à educação inclusiva.

O tema Educação Inclusiva em Educação Física tem sido tratado de forma insuficiente no Brasil, provavelmente por não a considerar essencial para o processo de inclusão social ou escolar (RODRIGUES, 2003.).

Entretanto, a Educação Física é uma área importante de inclusão uma vez que esporte e a atividade física são meios de inclusão social, de recreação, de promoção e manutenção de saúde. O movimento, a brincadeira, a atividade física e o esporte viabilizam a transformação das relações sociais e efetivas, fundamentais para o processo da Inclusão (GIL, 2013). Ainda assim, a Educação Física é capaz de favorecer uma participação e um grau de satisfação elevado de alunos que apresentam níveis de desempenho diferentes (RODRIGUES, 2003).

Assim sendo, o curso de Educação Física tem em seu interior disciplinas que abordam questões dos corpos que nascem fora do padrão e buscam, tanto na graduação quanto na pós-graduação introduzir no bojo de seu Projeto Pedagógico, iniciativas que promovam a inclusão de pessoas consideradas deficientes (TEREZANI *et al.*, 2006).

Como a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares é um fato regulamentado por legislação específica e, portanto, não pode ser ignorada, espera-se que esta pesquisa possa ampliar as discussões sobre o tema, bem como apresentar elementos para auxiliar os gestores educacionais na tomada de decisões político-culturais e administrativas sobre a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. Espera-se ainda que a presente pesquisa incentive outros professores na busca por qualificação, especialização e formação continuada, a fim de estarem mais preparados para atender as pessoas com deficiência.

Pessoas com deficiência sempre foram tratadas indiferente desde a antiguidade. Naquela época, as que nasciam com alguma comorbidade, ficavam em casa e não frequentavam nenhum meio social. De acordo com Frias (2008), a partir do século XX, com os avanços da psicologia, novas técnicas de aprendizagem foram descobertas e essas crianças começaram a frequentar o ambiente escolar.

Pensando nas diversas situações que as pessoas com deficiência já passaram, há certa preocupação em como se referir a elas, sem causar constrangimento para ambas as partes. As nomenclaturas vêm se alterando com o passar do tempo, e atualmente utiliza-se pessoas com deficiência. Essa mudança se dá a partir da declaração de Salamanca, uma importante conquista para tais indivíduos, visto que antes se dizia “pessoa com necessidade especial”, termo que muitas vezes não representava o indivíduo e causava preceitos inadequados. O termo utilizado atualmente busca respeitar a diversidade, desencorajando “práticas discriminatórias”. (FRIAS, 2008)

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é refletir sobre as práticas inclusivas, aprendidas e/ou desenvolvidas por alguns profissionais de Educação Física que concluíram um curso de Especialização oferecido pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), voltado para a Educação Física na perspectiva da inclusão.

O presente trabalho está organizado em cinco seções, além desta introdução que compõe a primeira seção. Na segunda é apresentado o referencial teórico pautado em trabalhos de autores da área que discutem o assunto pesquisado. Na terceira descreve-se a metodologia adotada para a realização da pesquisa. Na quarta são apresentados os resultados e a discussão do material coletado na pesquisa. Na quinta seção tecemos nossas considerações finais sobre o trabalho realizado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A procura pela qualificação profissional docente tem se tornado cada vez mais necessária, considerando que o ensino superior, etapa de formação do profissional, não abrange todos os aspectos que o profissional enfrenta no seu dia a dia, principalmente no caso do trabalho com os estudantes com deficiência. Segundo Silva e Arruda (2014, p. 16):

Em relação à formação, fica cada vez mais difícil a situação do professor, porque as universidades pouco os preparam para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), saem despreparados, já que na sua formação não tem um curso específico para lidar com eles. Muitos professores ainda reclamam que falta, também, o suporte de profissionais da área da especificidade para trabalhar com essas crianças, já que as mesmas necessitam de uma atenção especial, um trabalho diferenciado.

Nesse sentido, as pessoas buscam se qualificar, a fim de estarem mais preparadas para atuarem profissionalmente em um mundo que exige do profissional, habilidades pertinentes para lidar com as situações que são apresentadas no cotidiano.

2.1 Educação a Distância: Breve Histórico

Os cursos à distância eram utilizados para suprir as deficiências educacionais e esta modalidade de ensino foi agregada, como forma de ensino alternativo nas áreas de qualificação profissional, aperfeiçoamento e atualização de conhecimento (AMORIM, 2012). Ainda de acordo a mesma autora, a Educação à Distância trouxe a possibilidade de acesso à escola a milhares de pessoas. Inicialmente, nestes cursos eram utilizados materiais impressos que chegavam até os estudantes por meio de correspondências. Com o advento da internet, tornou-se mais rápida e fácil a comunicação e conseqüentemente a forma de estudar (AMORIM, 2012).

De acordo com Costa e Faria (2008 p. 2):

[...] é possível compreender a Educação a Distância como uma estratégia desenvolvida por sistemas educativos para oferecer educação a setores ou grupos da população, que por razões diversas têm dificuldade de acesso a serviços educativos regulares.

Ainda conforme as autoras supracitadas, o Movimento de Educação de Base (MEB), a Igreja Católica e o Governo Federal fizeram uso do sistema de rádio educativa na década de 1960, com o objetivo de promover a educação, a conscientização, a politização e a educação sindicalista (COSTA; FARIA, 2008).

A EAD foi regulamentada pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996 e pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. De acordo com Gomes (2011, p. 12):

“As experiências de EAD no Brasil ganharam impulso no início do século XXI com as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação). Desde a fundação do Instituto Rádio - Monitor, em 1939, e depois do Instituto Universal Brasileiro, em 1941, várias experiências de educação a distância foram iniciadas, e algumas delas ainda podem ser vistas hoje em dia, como, por exemplo, o Telecurso Segundo Grau e o Telecurso 2000, cursos de EAD via televisão. A partir da oficialização da EAD no país como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino (fundamental, médio, superior e pós-graduação), as experiências brasileiras em EAD já somam grande número. Um importante momento para a EAD no Brasil foi a criação, em 1996, da Secretaria de Educação a Distância (SEED). Entre as responsabilidades dessa secretaria, está a de atuar como agente de inovação dos processos de ensino e aprendizagem na EAD.”

Para a autora, a EAD é uma importante aliada da educação há bastante tempo, e busca inovação a partir de novos cursos, de modo que possa abranger uma gama maior de pessoas interessadas em aperfeiçoar seus conhecimentos.

Perante o desenvolvimento dessa modalidade, pode-se dizer que os profissionais de Educação Física têm buscado aperfeiçoamento em cursos EAD, pelo fato do ensino possibilitar maior flexibilidade para tais profissionais. Assim, o profissional tem condições de estudar enquanto desempenha suas atividades laborais.

Pela versatilidade que o ensino possui, o profissional de educação física pode buscar cursos em diversas áreas, aprimorando seus conhecimentos. Cursos que foquem na inclusão de todos os alunos é uma opção conveniente para os profissionais, visto que todos os alunos devem participar de forma ativa das aulas em questão.

2.2 Inclusão Social

Tendo em vista a inclusão social, a sociedade como um todo e sobretudo, as escolas, essas devem estar preparadas para atender as diferenças. Para Oliveira (2012), uma sociedade mais justa pressupõe a inclusão de pessoas com deficiência.

Segundo Bueno (2008 p. 7-26), na sociedade atual a situação do deficiente, pela forma como a sociedade o trata, ou seja, pela maneira como deixa de atender suas necessidades, ele se transforma em vítima social.

Silva (2013) sugere que há diversos alunos com deficiências, inclusive com deficiência mental, excluídos de frequentar o mesmo espaço educacional que os demais alunos "normais"; devido à diversos motivos estruturais, educacionais ou institucionais. Dentro dessa perspectiva, deficiente é aquele que tem falta de partes físicas do corpo ou psíquica e "normal" é aquele que não tem nenhum problema ou alteração física ou psíquica (FERREIRA, 2000).

Segundo a Declaração de Salamanca, esses alunos com deficiência têm direito à educação regular, como todas as pessoas, independentes de suas necessidades especiais:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.73).

Diante da luta dos deficientes, o próprio sistema social cria instituições escolares especiais que oferecem práticas assistencialistas à necessidade da pessoa com deficiência, sejam físicas ou psíquicas (SILVA, 2010). Porém, nos últimos anos tem se falado muito em incluir tais estudantes nas escolas regulares, em turmas de alunos ditos como "normais". Segundo essa perspectiva, todos os alunos devem interagir no ambiente escolar e aulas, incluindo as salas de recurso, informática e educação física, pensando em incluí-los em todos os momentos estudantis.

2.3 Educação Física Inclusiva

Partindo do exposto, ao se observar o ambiente da Educação Física e as atuações do professor no que diz respeito à exclusão e inclusão dos deficientes nas aulas, observa-se que a Educação Física aborda diversas práticas corporais; as quais, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, trazem muitos benefícios para as pessoas com deficiência, bem como no desenvolvimento das capacidades perceptivas, afetivas, de integração e inserção social (BRASIL, 1997).

A Educação Física tem muito a oferecer às pessoas deficientes, nas mais variadas formas de atividade. Tal disciplina é capaz de promover maior integração social do deficiente, provocando seu interesse pelo esporte e até pela graduação profissional. De acordo com Cidade e Freitas (1997), a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente por meio da Resolução 3/87

do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência.

Entende-se como Educação Física Adaptada, uma área da Educação Física, que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas deficientes, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais (DUARTE; WAGNER, 1995).

A Educação Física na escola constitui uma grande área de adaptação, pois ao permitir a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporciona a valorização e a integração desses estudantes no mesmo mundo. Segundo Cidade e Freitas (1997), na escola os estudantes com deficiência leve e moderada podem participar das atividades de Educação Física com algumas adaptações e cuidados.

Para Venturini et al (2010), a Educação Física contribui muito para o desenvolvimento afetivo, social e intelectual de pessoas deficientes, visto que a inclusão torna a autoestima e a autoconfiança mais evidente, minimizando as desigualdades. Adequar corretamente a Educação Física para os alunos deficientes estimula o desempenho dos alunos (VENTURINI et al, 2010).

Para Gomes (2013) é essencial que o professor conheça seu aluno e sua necessidade educacional especial se houver, pois atualmente “esta disciplina não trabalha apenas com alunos ditos normais, mas também frisa a importância da prática inclusiva de alunos especiais em suas aulas” (GOMES, 2013).

A importância das atividades físicas para os deficientes é incontestável. Monteiro (2010) compreende que a importância não se limita à prevenção contra as enfermidades, mas também no combate ao sedentarismo, causador das doenças crônico-degenerativas. Desse modo, a socialização e elevação da autoestima influenciam diretamente no bem-estar do indivíduo com deficiência, além de atuar como elemento facilitador de um desenvolvimento motor adequado e propiciador de situações de interação social (BOAVENTURA, 2012).

Percebe-se que as aulas de Educação Física podem fazer a diferença na vida das pessoas deficientes, sendo que a participação do professor é essencial. Para que a atividade atinja os objetivos, o professor deve ter conhecimento sobre o tipo de deficiência e suas limitações. A aproximação com as famílias dos alunos também é de fundamental importância para que o professor possa direcionar as atividades físicas aos alunos deficientes, respeitando as diferenças (SOUZA, 2009).

Segundo Cidade e Freitas (1997, p. 1)

“Quanto a área da Educação Física, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. Por isso sabemos que, muitos professores de Educação Física e hoje atuantes nas escolas não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes a Educação Física Adaptada ou a Inclusão.”

A autora ainda menciona em sua obra que tanto escola e professores não se sentem preparados para receberem alunos portadores de deficiência.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Educação Física, em seu artigo 4º, diz que:

“O curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor, na reflexão filosófica e na conduta ética. Parágrafo 1º - O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

Parágrafo 2º - O Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação, bem como as orientações específicas para esta formação tratadas nesta Resolução.” (BRASIL, 2004, p.1).

Segundo Zulian e Freitas (2001) a formação acadêmica é uma construção contínua; ou seja, a cada vez mais a necessidade de aperfeiçoar torna-se real, pois as situações em que o docente se depara com alunos deficientes físicos, matriculados em turmas regulares é cada vez mais frequente.

Ainda que a determinação seja regulamentada por Lei, nas escolas públicas brasileiras, Fumegalli (2012, p. 54), destaca que:

(...) os sistemas de ensino conhecem pouco sobre a desigualdade e suas consequências sociais, não considerando, muitas vezes, as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelos alunos e a necessária adequação do contexto escolar de forma que as desvantagens não traduzam em uma baixa expectativa em relação ao seu processo educacional e se revertam em políticas de superação das dificuldades.

Bueno (1999) afirma que dentro das atuais condições educacionais, não há como incluir crianças com deficiência no ensino regular sem o apoio especializado aos professores destas classes.

Para Oliveira (2012), os professores da rede pública de ensino não estão preparados para atender classes inclusivas. Para esses autores, a formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se elabora a inclusão. Existe uma queixa generalizada dos professores, dos estudantes de pedagogia e dos estudantes das licenciaturas, no que diz respeito à inclusão educacional dos indivíduos deficientes (LIMA; SANTOS; SILVA, 2008).

Para Almeida (2012, p. 6),

As políticas de inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) divulgadas a partir dos anos 1990 em nosso país têm ampliado o número de matrícula desses alunos no ensino regular. No entanto, na mesma proporção, os professores têm reclamado seu sentimento de despreparo para atendê-los”.

Dessas queixas e reflexões, surge, então, uma concepção de plano de fundo na qual a educação de indivíduos com deficiência deve seguir estratégias específicas de acordo com o diagnóstico de estratégia de intervenção pedagógicas realizado por Santos-Lima (2008).

Refletindo sobre essas questões e buscando responder às inquietações dos professores que estudaram o desenvolvimento humano, em especial das crianças com deficiência, afirma-se que este processo segue regras únicas para todos os indivíduos, pelo fato de estar relacionado com a história de vida e o contexto do papel do professor. Nesse sentido, o papel do professor no contexto inclusivo, de acordo com Santos-Lima (2008, p. 71) parte da teoria da subjetividade cultural em que o estudante está inserido.

“Desse modo, o que diferencia a criança normal daquela com deficiência é a especificidade de sua estrutura orgânica e psicológica (...). Em outras palavras, “enquanto na criança normal os planos biológico e cultural se fundem em um todo único, na criança deficiente o traço fundamental é a divergência entre esses dois planos, que não se fundem, mas se desenvolvem em paralelo. Nessa perspectiva, a criança deficiente não possui um desenvolvimento quantitativamente inferior ao da criança normal, ela, na verdade, desenvolveu-se qualitativamente diferente.”

Neste sentido, para Vigotski (1997 *apud* SANTOS-LIMA, 2008), cada sujeito imprime um caráter único durante o seu desenvolvimento, independente de se ter ou não um defeito. Ainda segundo Vigotski (1997 *apud* SANTOS-LIMA, 2008), a criança deficiente elabora novas funções orgânicas e psicológicas para se organizar diante das limitações vivenciadas a partir da deficiência e assim interagir de forma mais adaptada ao meio em que se encontra inserida (SANTOS-LIMA, 2008).

Sendo assim, o professor que educa crianças deficientes deve traçar estratégias pedagógicas que promovam a inclusão dessas crianças, respeitando o princípio da diversidade. E por isto o professor tem buscado se aperfeiçoar, repensando a prática pedagógica para de fato se preparar para incluir os deficientes nas salas de aulas de ensino regular.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho foi a pesquisa qualitativa descritiva e um estudo de campo crítico descritivo. Segundo Minayo (2010 p. 57), a pesquisa qualitativa

“é o que se aplica ao estudo da história das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (IBGE, 1976; Parga Nina *et al.*, 1985), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos.”

Ainda de acordo com Minayo (2010, p. 261), a pesquisa de campo é antes de tudo uma conversa a dois ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, com a finalidade de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa. Assim, na pesquisa de campo foi aplicado um questionário semiestruturado, conforme modelo em anexo, a três professores de Educação Física de duas escolas diferentes, contendo dez perguntas.

De acordo com Marconi e Lakatos (1996 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 37), o questionário pode ser definido como uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”. Com o uso dele é possível obter a compilação de dados rápida, além de preservar o anonimato dos entrevistados. Nas perguntas foram abordados os procedimentos das aulas de Educação Física, as dificuldades encontradas na participação dos alunos com deficiência e a influência de um curso de especialização na prática pedagógica do professor em uma perspectiva inclusiva.

Posteriormente para a análise do conteúdo das perguntas, foram considerados os discursos dos sujeitos pesquisados, enfatizando a eficiência dos cursos de especialização e formação continuada para os docentes, possibilitando melhor atendimento dos estudantes com deficiência. Para a referida análise, as respostas dos pesquisados foram transcritas na íntegra, sendo os sujeitos pesquisados referidos como Professores A, B e C, a fim de se preservar suas identidades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados possibilitaram a análise das respostas dos 03 professores participantes, sendo dois homens e uma mulher, com idades de, respectivamente, 38 anos, 40 anos e 37 anos cada. Todos os participantes são professores de Educação Física, com especialização em Atividade Física para Pessoas com Deficiência. O tempo de serviço dos professores varia entre 12 e 18 anos de efetivo exercício em duas escolas da rede pública de ensino, situadas na região nordeste do Estado de Minas Gerais.

A seguir, encontram-se as respostas do questionário analisadas à luz do referencial teórico que discute os assuntos abordados. Os dados foram organizados em três categorias de análise, que buscam enfatizar os conteúdos presentes nas falas dos professores pesquisados, ficando assim definidas: 4.1) os professores de educação física e os alunos com deficiência; 4.2) a busca pela capacitação para a promoção de práticas inclusivas em sala de aula; e 4.3) a escola como lugar de inclusão do aluno com deficiência.

4.1 Os Professores de educação física e os alunos com deficiência

Segundo Duarte e Wagner (1995), a Educação Física adaptada tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com deficiência, com adequação de metodologias de ensino para o atender as características de cada portador de deficiência. Assim, o professor deve adaptar as atividades respeitando as diferenças individuais e promover a inclusão.

Os professores foram questionados se já desenvolveram ou estariam desenvolvendo alguma atividade física para pessoas com deficiência, suas respostas foram as seguintes:

Sim, já tive alguns alunos surdos, então a gente fazia aulas de dança na escola. Todos participavam e os alunos surdos conseguiam se expressar. No início não foi fácil, mas com o tempo tudo deu certo (Professor A).

Sim, tenho um aluno cadeirante e nas aulas de educação física coloco os alunos “normais” na cadeira de rodas e faço uma brincadeira de corrida com o objetivo de mostrar a todos, as dificuldades enfrentadas pelo colega deficiente e assim evitar a discriminação (Professor B)

Sim, trabalho na sala de recursos da escola. Tenho 03 alunos com baixa visão, 02 alunos surdos, 04 cadeirantes e 03 possuem laudo apresentando déficit de aprendizagem por problemas mentais (Professor C).

De acordo com as respostas dos participantes da pesquisa, eles se preocupam em promover a inclusão social dos alunos que apresentam alguma deficiência. Assim possibilitam aos demais estudantes vivenciarem a situação de “deficiência”, a fim de evitar situações constrangedoras, como o *bullying*. Também ressaltam o respeito às diferenças, compaixão, tolerância e o companheirismo, valores essenciais aos esportes.

Outra questão levada aos professores foi se os alunos com deficiência participam das aulas de educação física. Nesse caso, as respostas deles registram que há uma participação efetiva, conforme segue:

Tabela 1. Participação dos alunos com deficiência nas aulas de educação física

Professores	Sim	Não	Se sim, quais?
A	X		Aulas de dança.
B	X		Corridas com cadeiras de rodas.
C	X		Atividades desenho, leitura em braile e cabra-cega.

Segundo Cidade e Freitas (1997), o desenvolvimento de exercícios adaptados já faz parte da formação de conteúdos inclusivos durante a graduação dos professores de educação física. Sendo assim, os professores pesquisados demonstram incluir seus estudantes com deficiência nas atividades de educação física. É o que se espera de uma educação na perspectiva inclusiva, fundamentada “na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença com valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola”. (BRASIL, 2008, p. 1).

Os professores também foram perguntados se enfrentaram algum medo quando se depararam com aluno deficiente em sua turma regular, e as respostas foram:

Meu Deus! Quando foi matriculado em minha turma um aluno deficiente, eu fiquei sem saber o que fazer como iria fazer trabalhar com ele, sinceramente me deu vontade de deixar meu cargo, me senti incapaz, daí fui tentando adaptar as atividades propostas de modo que ele poderia participar (Professor A).

Com certeza não sabia por onde começar minha aula, se o que eu tinha programado seria adequado para aquele aluno, acho que o preconceito começou comigo, pois não queria o aluno em minha aula. Com o passar do tempo, colocando em prática o que aprendi em minha pós, pude perceber que as coisas eram bem mais simples. Passei a ver aquele aluno não como um excluído, mas, um igual aos outros, capaz de desenvolver todas as atividades, claro que respeitando as suas potencialidades (Professor B).

Quando, no início, após minha graduação, é claro que um friozinho veio na barriga, porém considero normal sempre soube encarar as dificuldades e realidades não fujo às minhas obrigações. O fato de ser deficiente, nunca me incomodou, até mesmo porque planejo minhas ações dentro das necessidades visualizadas. O fato de planejar, estudar, procurar, entender é primordial para o não apavoramento do considerado diferente. Eu consigo ser criativo para poder promover atividades contemplando as necessidades apresentadas (Professor C).

Ferreira *et al.* (2009) destacam os desafios em que os profissionais da educação têm enfrentado diante ao aluno com deficiência, esse despreparo tem desencadeado uma série de

“problemas” como o medo, a angústia, a sensação de incapacidade pelo profissional da educação em lidar com esses alunos com deficiência. Mesmo com o trabalho das políticas públicas, oportunizado pelo governo, esses educadores ainda sofrem com o medo do novo.

Ainda nessa categoria, foi perguntado se os docentes se sentem preparados para enfrentar qualquer tipo de situação que envolva alunos com deficiência. O artigo 4º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, que se pauta em princípios éticos, políticos e estéticos, cita em seu contexto sobre o respeito a dignidade humana, a inclusão desses indivíduos com necessidades específicas na vida social, ressaltando que os mesmos devem buscar sua identidade própria. Com base nessa Resolução, esses educandos estão sendo inseridos em classes de ensino regular, proporcionando aos mesmos uma nova experiência no meio educacional.

Para que o ensino possa vir de encontro às especificidades dos alunos com deficiência, o graduando em educação física deve buscar qualificação para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente. No entanto, em muitos casos, os profissionais encontram uma realidade em sala de aula bastante diferente daquela apresentada na universidade. Diante disso, perguntamos aos entrevistados se eles se sentiam preparados para enfrentar qualquer tipo de situação que envolva alunos com deficiências. As respostas quanto a esse questionamento foram as seguintes:

Interessante que o novo sempre nos dá um friozinho na barriga, e o nosso aprendizado é sempre constante (Professor A).

Apesar de ter me qualificados não me sinto preparado, pois cada aluno é único e cada um se porta de uma forma diferente, devido ao grau de comprometimento ou até mesmo a forma de nos comunicar, sempre fico insegura, preocupada em não dar conta do recado (Professor B).

Foi muito bom tudo que pude aprender nessa Especialização, mas confesso que a insegurança ainda me persegue às vezes (Professor C).

Em relação a essa questão, nota-se que todos demonstraram certo grau de insegurança. Para qualquer tipo de situação problema, observa-se que os professores não se sentem preparados, mesmo buscando aperfeiçoamento em cursos de especialização em inclusão. Sabe-se que algumas deficiências exigem acompanhamento especializado, como acontece com os casos que necessitam de acompanhamento médico. Nesses casos, para o docente que não possui formação necessária para lidar com a situação, é sugerido que busque aperfeiçoamento em cursos de capacitação para suprir as lacunas de sua formação inicial. Na maioria das vezes, tanto para o acompanhamento do aluno cego, surdo, com autismo ou outro tipo de deficiência,

o professor encontra dificuldade em propiciar a aprendizagem necessária por falta de conhecimento específico.

Lorenzo e Silva (2017) mencionam que há um certo “distanciamento” entre o profissional da educação (docente) dos seus alunos com deficiência, por não saberem como lidar com esse indivíduo em sala de aula do ensino regular. Diante dessa situação, ressaltamos a relevância da qualificação profissional docente para trabalhar com alunos com deficiência.

4.2 A busca pela capacitação para a promoção de práticas inclusivas em sala de aula

Nessa categoria os professores foram perguntados inicialmente sobre a sua qualificação profissional, questionados sobre a intenção individual em participar do curso de capacitação para práticas inclusivas, oferecido pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) na modalidade EAD. Os entrevistados responderam que:

Além Praticidade em qualificação profissional em qualquer parte que o indivíduo se encontra, o tempo que fica de acordo com a disponibilidade do indivíduo, esse curso veio a calhar, pois os conteúdos são riquíssimos e contribuíram de maneira significativa para a qualidade de minhas aulas com aluno deficiente. (Professor A). Preciso aprender a lidar com esses alunos especiais, e só com estudos que eu posso me qualificar. (Professor B).

Aperfeiçoar e especializar em uma área que englobasse a minha graduação com o meu grande prazer, que é trabalhar com pessoas com deficiência. Enfim participar de um curso que tem tudo a ver com o meu trabalho de modo geral. Outro fator vem a dificuldade em participar de outra forma, devido a região em que resido, mesmo que participo sempre que posso na forma presencial a modalidade EAD, vem como facilitador da aprendizagem. (Professor C).

Segundo os professores A, B e C, a realização do curso EAD possibilitou a compreensão para trabalhar com alunos com deficiência, pois através dele tiveram contribuições que se voltam para a qualidade de suas aulas. Entendemos que a educação especial inclusiva só irá funcionar efetivamente quando todos os professores da educação básica estiverem preparados para a atuação com essa modalidade de ensino. De acordo com o professor C, o curso de especialização EaD em inclusão foi essencial para sua atuação na escola, além de ressaltar que a flexibilidade no horário da especialização facilitou o seu aprendizado, pois ele buscava aprimorar seus conhecimentos para atuar nas aulas, melhorando o atendimento os alunos com deficiência.

Conforme afirma Fumegalli (2012) os sistemas de ensino conhecem pouco sobre desigualdade e suas consequências sociais, não considerando, muitas vezes, as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelos alunos e a necessária adequação do contexto escolar. Desse

modo, os professores buscam formação continuada no intuito de melhor lidar com as diferenças existentes. Enquanto tal, os cursos de aperfeiçoamento contribuem muito para este fim.

Durante a pesquisa, perguntou aos lecionadores se as reflexões levantadas no decorrer do curso de especialização o (a) levaram a mudar suas práticas pedagógicas em sala de aula. As respostas de tais professores apontam que:

Sim, pois antes eu não tinha condições de desenvolver uma aula com qualidade, devido ao meu despreparo. (Professor A)

Com certeza, pois pude colocar em prática tudo que eu aprendi no decorrer do curso. (Professor B)

Sim, pois eu não tinha confiança que eu seria capaz de colocar o aluno deficiente para participar das aulas junto dos alunos de turmas regulares, agora tenho confiança no que faço devido a qualificação que pude fazer. (Professor C)

Conforme as respostas dadas pelos professores participantes da pesquisa, pode-se observar que o curso favoreceu uma reflexão com relação às suas práticas pedagógicas, podendo oportunizar a integração do ensino regular com o ensino especial.

Em seguida foi questionado aos entrevistados se a capacitação possibilitou a introdução de práticas inclusivas nas aulas de Educação Física. Para o Professor A, “o curso o ajudou bastante, pois pude desenvolver as atividades com mais qualidade, possibilitando ao estudante deficiente uma participação ativa em minhas aulas.” Segundo a Declaração de Salamanca (1994), os alunos com deficiência têm direito à educação como todas as pessoas, independentemente de suas necessidades especiais e a inserção deles em classes regulares, possibilitando aos mesmos respeito e dignidade. Já o professor B apontou que nunca se preocupou com alunos deficientes em suas aulas, pois sempre pensava que eles não seriam matriculados na escola da qual leciona, mesmo que a lei ampara esse direito. De acordo com esse professor, tal despreocupação também era decorrente do desinteresse da direção escolar em matricular alunos com deficiência na instituição, pois sempre expunham nas assembleias que alunos deficientes não deveriam ser matriculados em escolas regulares, que o lugar adequado para tais são as APAES, instituição que, segundo eles, já estariam acostumadas com tais estudantes. Cabe ressaltar que segundo a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), as atividades físicas proporcionam ao aluno conhecer movimentos de si e do outro, favorecendo a autonomia do indivíduo na sociedade. As práticas corporais trazem muitos benefícios para as pessoas como um todo, além de auxiliar os indivíduos com necessidades especiais no desenvolvimento das capacidades perceptivas, afetivas, de integração e inserção social.

O professor C, por sua vez, relatou que as aulas são voltadas para os alunos como um todo, independente da deficiência do discente, pois eles também possuem a abertura para

participar das atividades, sabendo que a prática de esportes para os estudantes com deficiência é de importância incontestável. De acordo com Monteiro (2010), essa importância não se limita à prevenção de doenças crônico-degenerativas, mas para combater o sedentarismo que causa diferentes tipos de doenças. Portanto, a inclusão dos alunos nas aulas de Educação Física é essencial para sua qualidade de vida.

Conforme os relatos dos professores da pesquisa, pode-se afirmar que os mesmos participam ou já participaram de um curso de especialização em Atividade Física para Pessoa com Deficiência e colocaram em prática os conhecimentos adquiridos.

4.3 A escola como lugar de inclusão do aluno com deficiência

O ambiente em que o aluno está inserido é de suma importância para o aprendizado do mesmo, precisa ser agradável e estar em consonância com as normas necessárias para receber o estudante com deficiência. Em relação ao ambiente escolar, perguntou-se aos entrevistados como foi a recepção da escola a esses estudantes. Suas percepções a respeito disso, foram:

Nossa, não me esqueço, todos os colegas estavam receosos quanto a chegada do aluno deficiente em nossa escola, tinha muita coisa ainda pra fazer em questões de infraestrutura, espaço físico, material específico, mas como tudo é deixado pra última hora, o jeito foi improvisar. (Professor A)

Em nossa escola houve necessidades de adaptações como rampa de acesso, corrimão, reparos no piso devido alguns buracos que haviam no mesmo. A direção reuniu com o corpo docente para dar os avisos necessários e ressaltar que seria contratado um professor auxiliar conforme a necessidade do aluno (Professor B).

Meu primeiro contato com alunos com deficiência foi em 2005, com uma aluna cadeirante. O fato foi caótico, a escola não tinha estrutura física para atender a aluna, pessoas apavoradas e arredias, pessoas preconceituosas, a acessibilidade era limitada (sala de informática e biblioteca em andar superior com escadas íngremes). A escola entendia como um problema adquirido. Durante esse tempo a aluna era considerada chata (pois cobrava as condições), cheia de manias, enfim foi complicado inserir a inclusão dentro da escola (Professor C).

Conforme os relatos supracitados, as escolas em questão não estavam preparadas para receber os estudantes com deficiência, nem mesmo os docentes sentiam-se preparados, pois muitas vezes os alunos deficientes eram considerados como um “estorvo” ou um “castigo” imposto à escola e comunidade escolar. Vale ressaltar que o curso foi indicado pelas instituições que os professores realizam docência, porém ficou a critério dos docentes a sua realização.

Segundo Forneiro (1998 *apud* EVANGELISTA; MORIN 2015, p. 19),

“O termo espaço refere-se ao espaço físico, ou seja, aos locais para a atividade caracterizados pelos objetos, pelos materiais didáticos, pelo mobiliário e pela decoração. Já, o termo ambiente refere-se ao conjunto do espaço físico e às relações que se estabelecem no mesmo (afetos, as relações interpessoais entre as crianças, entre crianças e adultos, entre crianças e sociedade em seu conjunto).”

É imprescindível que a escola se adapte e prepare todos os funcionários para atender de forma correta esses alunos e suas necessidades.

Também foi questionado sobre a estrutura da escola, como é o acompanhamento dos alunos com deficiência. Dois entrevistados responderam que:

Nossa escola ainda está se adaptando de acordo com as necessidades dos alunos deficientes, a obra parece não acabar nunca, pois para que haja o repasse da verba pelo estado há o desgaste de enfrentar uma burocracia tremenda. Agora estamos com o espaço físico (a quadra) faltando a rampa de acesso para o aluno cadeirante, quando meus vão fazer aula prática, o cadeirante precisa ser carregado para que possa participar da mesma”. (Professor A)

Aqui em nossa escola a estrutura é ótima, material adequado de acordo com as necessidades dos alunos deficientes, a direção se empenha e procura resolver o mais rápido possível todas as situações. Há palestras também com médicos, psiquiatras, psicólogos onde buscamos adquirir mais conhecimentos para atender esse aluno. O material sempre que necessário é providenciado o mais rápido possível. O espaço físico foi adequado para atender as necessidades dos discentes deficientes, apesar de ser uma escola “estadual” a coisa aqui flui. (Professor B)

Enfim, são 09 anos de luta para chegarmos onde estamos tendo vários alunos com méritos conclusivos, e ensino médio” (Professor C).

Há nove anos, uma das escolas de atuação de dois docentes vem trabalhando com o Projeto Incluir do governo do Estado, ofertando oficinas pedagógicas e sala de recurso multifuncional. Assim o aluno é matriculado no ensino regular e tem auxílio no contraturno (dependendo da sua realidade). O auxílio dispõe de ampla sala específica com inúmeros equipamentos (informática, pedagógicos, esportivos) para beneficiar o aluno. Além da sala de recursos, observa-se que o professor responsável pela sala de recursos busca promover a inserção dos alunos com deficiência no ambiente escolar (estudantes, professores, servidores), fazendo com que os demais alunos entendam as diversidades vigentes. Ainda de acordo com o relato dos professores da pesquisa, as escolas vêm se adaptando para atender de forma inclusiva todos os estudantes com deficiência. Muitas melhorias foram realizadas no espaço físico da escola, tais como construção de salas de recursos, a aquisição de material pedagógico, equipamentos de informática, dentre outros.

Segundo Evangelista (2015), o espaço interfere diretamente no desenvolvimento das crianças, e estas, por sua vez, entendidas como sujeitos ativos da aprendizagem, também têm

uma concepção do espaço em que estão inseridas e que atuam nele. É importante que haja uma relação minuciosa entre a forma de organização do espaço escolar e a concepção pedagógica, pois a aprendizagem é influenciada também pelo espaço onde o estudante está inserido.

Para Camargo, Soffa e Markowicz (2017), a escola “necessita de estratégias organizadas que possibilitem construir conhecimentos a partir de adaptações e adequações possíveis dentro da escola para esse aluno incluso.” Ela precisa se adaptar à necessidade dos estudantes, oferecendo rampas, material adaptado, sala de recursos, entre outros. Utilizando-se de todos os recursos possíveis, a direção deve buscar sempre melhorias para oferecer um ambiente inclusivo. Nesse contexto, para Camargo, Soffa e Markowicz (2017), ressaltam que além do espaço, o currículo também precisa ser adaptado para a inclusão do aluno deficiente acontecer.

Para finalizar, questionou-se aos docentes quais eram suas perspectivas em relação à escola inclusiva, após participarem de curso de especialização. Eles responderam que:

As melhores possíveis, pois, agora mudou minha visão em relação ao aluno com deficiência”. (Professor A)

Espero que realmente o aluno deficiente possa se sentir inserido na turma, onde o mesmo poderá participar das aulas junto com os demais”. (Professor B)

Eu, sinceramente espero que as dificuldades dos alunos deficientes possam ser respeitadas e trabalhadas de acordo com suas necessidades, e que o mesmo possa desfrutar das aulas com maior segurança e qualidade”. (Professor C)

Nas respostas, nota-se que os professores direcionam suas expectativas para as melhores possíveis, na medida que o curso lhes possibilitou mudança no trabalho com os estudantes com deficiência, assim como esperam que os alunos sejam inseridos nas turmas, tendo suas dificuldades respeitadas e consigam participar dos momentos proporcionados no ambiente da sala de aula. Os professores participantes da pesquisa demonstraram muito interesse em aplicar o conhecimento visto no curso de especialização e em realizar um trabalho inclusivo no seu local de trabalho.

Incluir é possível, porém a inclusão não pode ser apenas implantada, há necessidade de formar professores atuantes e comprometidos com o aprendizado. Precisa-se também de espaços planejados, de recursos permanentes, reorganização pedagógica institucional com o envolvimento das famílias. Desta forma, a escola pode ser um ambiente favorável ao desenvolvimento e autonomia dos estudantes deficientes. É essencial que os educadores se disponham e possibilitem a educação inclusiva nas escolas de ensino regular em todos os níveis. Estudantes com deficiências não são sujeitos incapazes e passivos, podem se tornar pessoas

autônomas, emancipadas, ter direitos e deveres como qualquer cidadão. Para que isso aconteça, a escola precisa ser atuante e valorizar a diversidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal refletir sobre as práticas inclusivas, aprendidas e/ou desenvolvidas por alguns profissionais da Educação que concluíram um curso de Especialização voltado para área de Educação Física na perspectiva da inclusão. O trabalho foi organizado em cinco sessões, para maior compreensão do leitor e melhor exposição dos dados pesquisados. Para o levantamento de dados da pesquisa, questionou-se aos docentes o que aprenderam durante o curso de especialização, se surtiu efeito em sua prática pedagógica e se os mesmos concluíram que o conhecimento adquirido durante a especialização contribuiu de maneira significativa para o seu aprendizado.

No momento oportuno que colocaram em prática tudo o que aprenderam na especialização, os professores observaram que o aluno com deficiência matriculado no ensino regular interagia com os demais colegas de forma lúdica e prazerosa. As aulas foram planejadas de modo que atendessem às necessidades dos estudantes com deficiência, buscando sua inclusão na turma. A partir disso, desenvolveram seu trabalho como educador de forma segura, consciente e descobriram na prática que a inclusão desses alunos é possível de forma simples e segura, diferente de como se imagina.

Percebeu-se durante o trabalho a interação professor-aluno, com métodos adotados à aceitação e aprendizado como um todo. Dentro das atuais condições educacionais, não há como incluir crianças com deficiência no ensino regular sem o apoio especializado aos professores vigentes. Vale ressaltar que a necessidade de adquirir mais conhecimentos faz a diferença com relação ensino aprendizagem.

Diante do exposto, conclui-se que embora muitos professores busquem qualificar-se na pós-graduação lato sensu, tal qualificação ainda não é suficiente para torná-los seguros ao ponto de mudarem suas práticas educativas em salas de aulas. Observa-se que, os graduandos de licenciaturas após o término da graduação, deixam as universidades despreparados para assumirem as salas de aulas. Não recebem nenhuma formação especial para lidar com os alunos com deficiência, independente da situação do estudante, tampouco são preparados para evitarem *bullying* contra eles.

Entendemos que há muito ainda a ser desenvolvido, pois a inclusão caminha em passos lentos, tendo um longo caminho a ser percorrido, até que os objetivos sejam alcançados.

Sobretudo, em momentos como os atuais em que a ênfase se dá para a perspectiva da inclusão, a mesma encontra restrição no âmbito no próprio Ministério da Educação (MEC) brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. J. F. de. **Libras na formação de professores: percepção dos alunos e da professora**. 2012. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2012/2012_ALMEIDA_Josiane_Junia_Facundo.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

AMORIM, M. F. de. Aprendizagem em EAD: A importância do ensino à distância na educação profissional. **Revista Aprendizagem em EAD**, Taguatinga, v. 1, p. 1-5, out. 2012. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/raead/article/viewFile/3218/2232>>. Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Educação Física, Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Diretrizes Curriculares. **CNE aprova Diretrizes para Graduação em Educação Física**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://www.confef.org.br/RevistasWeb/n12/04_DIRETRIZES_CURRICULARES.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 3, n. 5, p. 7-26, set. 1999. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista5numero1pdf/r5_art01.pdf>. Acesso em: 06 out. 2019.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência**. Uberlândia: Gráfica Breda, 1997.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e qualidade**. Trad. Edílson Alkmim da Cunha. 2. ed. Brasília: CORDE, 1994.

DIOGO, José. **Qualificação profissional: sua relevância como ferramenta de desenvolvimento da carreira**. 2012. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/qualificacao-profissional-sua->

relevancia-como-ferramenta-de-desenvolvimento-da-carreira/61088/>. Acesso em: 13 set 2019.

DUARTE, E.; WERNER, T. **Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências**. In: Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995.

_____. **Educação Física e inclusão: Considerações para a prática pedagógica na escola**, s/d. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inclusao.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2019.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: Contribuições ao Professor do Ensino Regular**. Universidade Estadual de Maringá. Paranavaí, 2008/2009. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-6.pdf>>. Acesso em 03 out. 2021.

GOMES, S. G. S. **Histórico da EAD no Brasil**. Portal de Sergipe, 2011. Acesso em: 15 out. 2019.

LIMA, L. F.; SANTOS, C. da S.; SILVA, R. P. de S. O profissional da Educação Física e a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. **Poiésis Pedagógica**, Catalão, v. 5/6, p.125-145, jan./dez. 2007/2008. Acesso em: 14 de jul. 2019.

MONTEIRO, A. J.; SILVA, S. M. A importância da Atividade Física para os Deficientes Físicos. **Revista Digital**, Bueno Aires, n. 148, 2010. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd148/atividade-fisica-para-os-deficientes-fisicos.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

OLIVEIRA, E. de S.; SILVA, T. P. da.; PADILHA, M. A. de O.; BONFIM, R. da S. Inclusão Social: Professores preparados ou não? **Publicações UERJ**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 314-323, maio 2012.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011. Disponível em <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf> . Acesso em: 04 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO NAÇÕES UNIDAS. **Percentagem de deficientes no mundo**. 2013. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 12 out. 2019.

PCD+ Inclusão com qualidade. **PcD, PNE, afinal, que termo usar para Pessoas com Deficiência?** 2020. Disponível em <<https://pcdmais.com.br/pcd-pne-afinal-que-termo-usar-para-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em 04 out.2021.

RODRIGUES, D. Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Revista da Educação Física da UEM**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 67-73, 2003.

SANTOS-LIMA, H. T. **Investigação do processo de aprendizagem:** Contribuições para uma intervenção pedagógica no âmbito das relações sociais Brasília, 2008. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1873/6/Dissert_Helen%20Tatiana%20dos%20Santos%20de%20Lima.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação:** trajetória, limites e perspectivas. 3 ed., Campinas, SP: Autores Associados, 1997. (Coleção Educação Contemporânea).

SILVA, F. A. B. da. **O professor de biologia diante da inclusão de alunos com deficiência:** desafios, limites e possibilidades. 2013. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Ceará, 2013. Disponível em: <http://www.uece.br/sate/dmdocuments/bio_bbrbe_ariella.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

SILVA, Q.; ROSA, M. V. A atuação dos professores de Educação Física com alunos deficientes. **Revista Olhar Científico**, Ariquemes, v. 1, n. 2, ago./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.olharcientifico.kinghost.net/index.php/olhar/article/viewFile/22/42>>. Acesso em: 30 set. 2019.

STUBBS, S. **Educação Inclusiva onde existem poucos recursos.** Ed. Ingrid Lewis, versão revisada e atualizada, 2008. Traduzido do inglês por Ana Gigante. Disponível em: <http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_68.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2019.

TEREZANI, O. L.; GAIO, R. C.; CABRAL, E. da C.; COLPAS, R. D.; PORTO, E. T. R. **Para além do estar junto, o estar com: uma experiência em educação física inclusiva.** Anais UNIMEP, 2006. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/189>>. Acesso em: 10 agosto. 2019.

VENTURINI, O. R. G. et al. A importância da inclusão nas aulas de Educação Física escolar. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 15, n° 147, 2010.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. Obrigatoriedade escolar na educação infantil. *Revista Retratos da Escola*, v.5, n.9. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 30 nov. 2021.

ZULIAN, S. M.; FREITAS, S. M. Formação de Professores na Educação Inclusiva: Aprendendo a Viver, Criar, Pensar e Ensinar de outro modo. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 18, p. 47-57, abr. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5183>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Questão 01: Já desenvolveu ou está desenvolvendo alguma atividade física para pessoas com deficiência?

Questão 02: O aluno com deficiência participa das aulas de Educação Física?

Questão 03: Você enfrentou algum medo quando se deparou com aluno deficiente em sua turma regular?

Questão 04: Você se sente preparado para enfrentar qualquer tipo de situação que envolva alunos com deficiências?

Questão 05: Qual a sua intenção em participar desse curso na modalidade EAD?

Questão 06: No decorrer do curso de especialização as reflexões o (a) fizeram mudar sua prática pedagógica?

Questão 07: A capacitação possibilitou a introdução de práticas inclusivas em suas aulas?

Questão 08: Como foi a recepção por parte da escola aos alunos com deficiência?

Questão 09: Como é a estrutura da escola para acompanhamento desses alunos?

Questão 10: Quais são suas perspectivas em relação à escola inclusiva, após participarem de curso de especialização?